

INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA

Estudo Técnico Preliminar 99/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 0052600.010827/2025-22

2. Descrição da necessidade

Locação de Software (Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador - Sistema com servidor em Nuvem), **Sistema Integrado de Escrituração Fiscal Digital – EFD (SPED Fiscal)**, para geração e envio da EFD ICMS/IPI, mediante assinatura mensal, com as seguintes características:

1. O Sistema Integrado deverá ser composto de Sistema Emissor de Nota Fiscal Eletrônica de circulação de produtos (NF-e); módulos integrados para controles de estoques de matérias-primas e da produção (produtos em elaboração e produtos acabados); e escrituração fiscal, a exemplo dos livros Registro de Entradas, Registro de Saídas, Registro de Controle da Produção e do Estoque (RCPE), Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências (RUDFTO) e Registro de Inventário. A escrituração dos livros exemplificados deverá permitir a elaboração e o envio das declarações fiscais exigidas para cumprimento das obrigações tributárias acessórias e principal, dentre as constantes ou que vierem constar em razão de alterações na legislação tributária e na legislação fiscal do ICMS, em especial, as decorrentes da Reforma Tributária promovida pelas EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023 (Altera o Sistema Tributário Nacional), LEI COMPLEMENTAR Nº 214, DE 16 DE JANEIRO DE 2025 (Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária), e demais normativos e regulamentos expedidos pela Secretaria de Fazenda Estadual; além dos já expedidos no período de transição, ou que vierem a ser expedidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pelo Comitê Gestor do IBS.
2. O Sistema deverá conter funcionalidades de gerenciamentos, de modo a possibilitar a automação de cópias de segurança para restaurações de dados, principalmente os relativos aos arquivos XMLs de documentos fiscais gerados; o cadastro completo, bem como importações/exportações de/para outros bancos de dados, de produtos, fornecedores, clientes, transportadoras, situação tributária por produto e pelo Estado do destinatário; o controle automatizado dos estoques, no cálculo do ICMS/IPI, ICMS/ST e Difal; assim como os cálculos e as obrigações tributárias principal e acessórias concernentes ao IBS, previstos na LEI COMPLEMENTAR Nº 214, DE 16 DE JANEIRO DE 2025 e nos demais normativos e regulamentos, publicados nos períodos de transição (previsto entre 2025 e 2032) e migração completa dos impostos ICMS e IPI para o IBS (previsto para 2033).
3. O Sistema deverá possibilitar também o monitoramento e a importação automatizada de arquivos XML e DANFE das Notas Fiscais recebidas (download de todas as Notas Fiscais emitidas contra o CNPJ do Inmetro, utilizando o certificado digital), funções usualmente denominadas no mercado como “Captura de Notas Fiscais”.
4. O Acesso ao Sistema em nuvem deve ser realizado para usuários devidamente autorizados e previamente cadastrados. Considerando-se a possibilidade de futura utilização do Sistema Integrado por outras unidades organizacionais do Inmetro, a licença deverá permitir instalações ilimitadas de acessos ao Sistema em estações de trabalho das unidades do Inmetro. Entretanto, poderá ocorrer o limite máximo para logins simultâneos ao Sistema, devendo se estabelecer a ocorrência de, no mínimo, 8 (oito) usuários para emissão de NF-e e 2 (dois) usuários para o módulo de escrituração fiscal.
5. Deverá existir nível de senha de acesso, ou perfis, para usuários emissores de NF-e, cadastradores e com acesso a todas as Notas Fiscais emitidas e importação de arquivos XMLs.
6. O acesso ao sistema deverá estar disponível sem interrupções, exceto as previstas pela Secretaria Estadual de Fazenda, quanto ao ICMS, ou Comitê Gestor, quanto ao IBS, nas quais o Sistema será operado em regime de contingência, com posterior regularização, conforme previsto em normas ou regulamentos sobre os referidos impostos.
7. Deverá haver suporte técnico fornecido pela contratada, em dias e horários comerciais, para sanar eventuais problemas com a emissão de notas fiscais e uso do sistema.
8. A assinatura deverá contemplar a manutenção do Sistema por meio de atualizações periódicas, sempre que ocorrerem mudanças por parte das autoridades competentes (a exemplo de layout de documentos fiscais, alterações de CFOPs ou criação de novas obrigações tributárias), ou quando forem necessárias a fim de corrigir falhas ou implementações de melhorias no próprio sistema.
9. O sistema deve ser disponibilizado em nuvem da contratada, na modalidade software como serviço.
10. Necessidade de capacitação para os usuários, garantindo que eles entendam e estejam capacitados para utilizar todas as funcionalidades do sistema.

A presente contratação está alinhada com os seguintes objetivos estratégicos:

Plano Estratégico do Inmetro 2024-2027

Objetivo Estratégico 15 - Aprofundar a transformação digital com foco na integração e portabilidade de sistemas

PDTIC 2025-2027

NINFRA06 - Infraestrutura de TIC para Atividades Finalísticas

Meta M1 - Adquirir equipamentos e licenciamentos de software para as atividades finalísticas.

Justificativa da necessidade da contratação

I - Reconhecimento da Imunidade Tributária

A imunidade tributária para o ICMS nas operações de venda do MRC produzido pelo Inmetro foi reconhecida judicialmente pelo Tribunal Regional Federal da Segunda região - TRF2, por meio do Acórdão de 04 de outubro de 2023 proferido no Processo de APELAÇÃO CÍVEL Nº 5017091-14.2021.4.02.5101/RJ apreciado pela 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (pg. 05 a 13 do Anexo SEI n.º 1645181), conforme se observa no Processo Administrativo SEI n.º 0052600.010054/2018-55.

A imunidade ao ICMS reconhecida judicialmente para as operações de venda de MRC produzido pelo Inmetro recai especificamente sobre a obrigação tributária principal (pagamento do imposto), mas não abarca as obrigações tributárias acessórias, salvo quando houver previsão na legislação fiscal tributária que desobrigue determinada obrigação acessória.

II - Adoção de Sistema Integrado

Antes do início das operações de vendas de MRC amparadas na imunidade tributária reconhecida judicialmente, o Inmetro será obrigado a efetuar sua inscrição no CAD-ICMS, o que o incompatibilizará com a emissão de **Notas Fiscais Avulsas Eletrônica (NFA-e)** fundamentada no referido Art. 35, V do Regulamento do ICMS – RICMS; obrigando-se, imediatamente, à Escrituração Livros e emissão de Documentos Fiscais, dentre eles a **Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)**, com fundamento no Art. 6º, § 4º, do referido RICMS: *"Nos casos em que **o remetente esteja obrigado à emissão da NF-e, é vedada ao destinatário a aceitação de qualquer outro documento em sua substituição**"* (Grifamos/Sublinhamos).

Assim sendo, para que o Inmetro inicie as operações de venda de sua produção de Materiais de Referência Certificados, haverá de solicitar sua inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS na SEFAZ-RJ (CAD-ICMS) mediante autorização do Presidente da Autarquia. Entretanto, antecipadamente à concessão de sua inscrição no CAD-ICMS pela Fazenda Estadual, o Inmetro já deverá contar com um sistema integrado próprio para a Escrituração Fiscal Digital - EFD contendo funcionalidades para atendimento à legislação fiscal do ICMS, já instalado e pronto para operação, inclusive com usuários treinados para operá-lo.

Destaca-se, ainda, que, na Nota Técnica n.º 2/2025/Secon/Coadi/Diraf-Inmetro (SEI n.º 2051716), apensada ao processo n.º 0052600.001876/2025-74, consta o detalhamento dessa demanda.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Dimci/Dquim	Janaína Marques Rodrigues Caixeiro

4. Necessidades de Negócio

As necessidades de negócio, também chamadas de requisitos do negócio, segundo o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (Guia BABOK v. 2.0), são metas de mais alto nível, objetivos ou necessidades da organização.

Descrevem as razões pelas quais um projeto foi iniciado, os objetivos que o projeto vai atingir e as métricas que serão utilizadas para medir o seu sucesso.

Nesse sentido, a presente seção visa descrever as necessidades de negócios que conduzirão as análises de soluções e definição daquela considerada mais adequadas a tais objetivos organizacionais, conforme relação a seguir:

1. Necessidades Funcionais

1.1. Registro e Controle de Documentos: O software deve permitir o registro e armazenamento de documentos fiscais e contábeis.

1.2. Geração de Relatórios: Deve ser capaz de gerar relatórios de acordo com as exigências da EFD, incluindo a geração automática de arquivos no formato requerido pela legislação.

2. Necessidades Não Funcionais

- 2.1. Usabilidade:** A interface deve ser amigável, garantindo que os usuários possam navegar e realizar tarefas sem dificuldade.
- 2.2. Segurança:** O sistema deve garantir a segurança dos dados, com controle de acesso e criptografia das informações sensíveis.
- 2.3. Desempenho:** O software deve ser capaz de processar grandes volumes de dados sem comprometer a performance.

3. Necessidades de Conformidade

- 3.1. Atendimento à Legislação:** O sistema deve estar em conformidade com a legislação fiscal vigente, garantindo que todas as informações sejam reportadas corretamente.
- 3.2. Atualizações Regulares:** Necessidade de atualizações frequentes para refletir mudanças na legislação fiscal.

4. Necessidades de Suporte e Manutenção

- 4.1. Suporte Técnico:** Disponibilidade de suporte técnico para resolução de problemas e dúvidas dos usuários.
- 4.2. Treinamento:** Necessidade de capacitação para os usuários do sistema, garantindo que eles entendam como utilizar todas as funcionalidades.

5. Necessidades Tecnológicas

As necessidades tecnológicas, também chamadas de requisitos da solução de tecnologia, segundo o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (Guia BABOK v. 2.0), com adaptações, descrevem as características de uma solução que atende aos requisitos do negócio. São desenvolvidas e definidas neste documento após a realização de uma Análise de Requisitos.

Dentre tais requisitos, destacam-se os seguintes:

1. Integração

- 1.1. APIs e Web Services:** Disponibilidade de APIs para integração com outros sistemas e serviços necessários, como bancos de dados e sistemas de contabilidade.
- 1.2. Compatibilidade com Outros Sistemas:** O software deve ser compatível com plataformas e sistemas operacionais existentes.

2. Infraestrutura Tecnológica

- 2.1. Ambiente de Hospedagem:** O sistema deve ser disponibilizado em nuvem da contratada, na modalidade *software* como serviço.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Além dos requisitos de negócio e tecnológicos, a presente sessão destaca aqueles requisitos que devem ser considerados ao longo do planejamento da contratação para se assegurar o alcance dos objetivos pretendidos com a contratação, conforme a seguir:

Os serviços de manutenção serão executados somente e exclusivamente onde se encontram (ON-SITE);

Deverá haver suporte técnico fornecido pela contratada, em dias e horários comerciais, de 8h às 17h, para sanar eventuais problemas com a emissão de notas fiscais e o uso do sistema.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

A presente seção contém o registro do quantitativo estimado de bens e serviços necessários para a composição da solução a ser contratada, de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, nos termos da Instrução Normativa SGD/ME n.º 94, de 23 de dezembro de 2022.

Locação de 1 (um) Sistema Integrado de Escrituração Fiscal Digital - EFD (SPED Fiscal), mediante assinatura mensal, com para logins simultâneos ao Sistema, devendo-se estabelecer a ocorrência de, no mínimo, 8 (oito) usuários para emissão de NF-e 2 (dois) usuários para o módulo de escrituração fiscal.

Treinamento para, no mínimo, 24 alunos em duas turmas de 12 alunos cada uma, sendo a origem da demanda a seguinte:

24 participantes

DIMCI – 12 (doze) pessoas [6 (UOs produtoras de MRC) + 5 (Dipat) + 1 (Lapep)]

DIRAF – 7 (sete) pessoas [4 (NUARP) + 3 (SECON)]

Outros setores do Inmetro – 5 pessoas

8. Levantamento de soluções

ID	Descrição da solução (ou cenário)
1	Locação do Sistema Integrado de Escrituração Fiscal Digital - EFD (SPED Fiscal)
2	Desenvolvimento do Sistema Integrado de Escrituração Fiscal Digital - EFD

Solução 1 - Locação do Sistema Integrado de Escrituração Fiscal Digital - EFD (SPED Fiscal)

Locação de Software (Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador), Sistema Integrado de Escrituração Fiscal Digital - EFD (SPED Fiscal).

Solução 2 - Desenvolvimento do Sistema Integrado de Escrituração Fiscal Digital - EFD

Desenvolvimento de Sistema Integrado próprio para a Escrituração Fiscal Digital - EFD

9. Análise comparativa de soluções

Requisitos	Solução 1	Solução 2
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal?	Sim	Não
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro	Não	Não
A Solução é composta por software livre ou software público?	Não	Sim
Aderente ao e-MAG?	N/A	N/A
Aderente ao e-Ping?	N/A	N/A
Aderente ao ePwg?	N/A	N/A
Aderente ao Icp-Brasil?	N/A	N/A
Aderente ao e-ARQ Brasil?	N/A	N/A
Atende ao padrão Design System de governo?	N/A	N/A
Necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual?	Não	Sim
Resultado da Análise	Sim	Não

O **Manual NF-e**, de 06 de dezembro de 2023, constante do Portal da SEFAZ/RJ [https://portal.fazenda.rj.gov.br/dfe/wp-content/uploads/sites/17/2023/01/DF-e_NF-e.pdf] apresenta duas opções para se obter um software emissor de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e): desenvolver um de sistema integrado próprio para a Escrituração Fiscal Digital - EFD ou adquiri-lo pronto no mercado. O referido Manual contém uma seção de perguntas e respostas, onde se apresentam temas relativos aos requisitos técnicos para emitir a NF-e (item 1.7); à existência de software emissor gratuito oferecido pela Sefaz-RJ ou órgão de apoio às empresas (item 1.9); ao tipo de certificado digital utilizado para emitir a NF-e (item 1.10); além de outras questões de interesse dos desenvolvedores de software relativas aos os documentos técnicos necessários para desenvolver um sistema emissor de NF-e (item 2.1) e aos webservices da NF-e (item 2.2).

Observa-se que, dentre os requisitos técnicos para emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) constantes do item 1.7, encontra-se as referidas opções entre "Desenvolver ou adquirir um software emissor de NF-e". Além disso, a resposta contida no item 1.9 do Manual, indica que, em momentos passados, havia a disponibilidade de serviços administrados pelo Fisco para os contribuintes realizarem gratuitamente download do programa emissor da NF-e e, posteriormente, disponibilizados pelo SEBRAE. Entretanto, tais serviços não se encontram atualmente disponibilizados nem pelo fisco, nem pelo SEBRAE, pois até mesmo as empresas que utilizavam os programas emissores gratuitos tiveram que migrar para outra solução disponível no mercado. Para a opção de desenvolvimento da solução, o Manual NF-e dispõe de um item específico, no qual apresenta informações do interesse de desenvolvedor de software (item 2.), onde informa que toda documentação técnica necessária para desenvolver um sistema emissor de NF-e encontra-se disponível no Portal Nacional da NF-e. (subitem 2.1).

Diante das opções para "Desenvolver ou adquirir um software emissor de NF-e" apresentadas no Manual NF-e, a aquisição de uma solução pronta e disponível no mercado para emissão da NF-e, demonstra-se, sob a ótica praticidade, como a melhor solução. Consideram-se, para tal entendimento, os aspectos do custo-benefício e da segurança no atendimento à legislação tributária. Esses aspectos relacionam-se às necessidades voltadas para a integração de outras funcionalidades, como controle de estoques, escrituração e envio de declarações fiscais, bem como manutenção e atualização constante do sistema. Observa-se que além da operacionalização do sistema para o cumprimento de obrigações tributárias acessórias, requer-se sua atualização constante, frente as inúmeras atualizações ocorridas na legislação tributária do ICMS. Diante de tais exigências, no caso da opção pelo desenvolvimento do sistema pela unidade responsável pela área de Tecnologia da Informação no Inmetro, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Ctinf), as demandas como atendimento aos usuários, manutenções e constantes atualização do sistema em função das alterações nas legislações tributárias e do ICMS, exigiriam grandes esforços da Ctinf, demonstrando-se inviável esse tipo de execução direta, pois reduziria capacidade e recursos dessa Coordenação que seriam aplicados no atendimento de outras demandas institucionais.

Assim sendo, entende-se que a solução viável é a n.º 1 (locação do Sistema Integrado de Escrituração Fiscal Digital - EFD (SPED Fiscal)).

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Conforme análise do item anterior, a solução 2 foi considerada inviável diante das exigências constantes no Manual NF-e, de 06 de dezembro de 2023, constante do Portal da SEFAZ/RJ [https://portal.fazenda.rj.gov.br/dfe/wp-content/uploads/sites/17/2023/01/DF-e_NF-e.pdf].

11. Análise comparativa de custos (TCO)

A análise comparativa de custos foi elaborada considerando apenas soluções técnicas e funcionalmente viáveis, nos termos do inc. III, Art. 11, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Alterdata Revisada	Tron	IOB	SANKHYA	MÉDIA	TOTAL	MÉDIA + 20% (Implantação)	TOTAL
1	Locação de Sistema Integrado d e Escrituração Fiscal Digital - EFD (SPED Fiscal), mediante assinatura mensal	Meses	24	R\$ 7.318,40	R\$ 3.609,00	R\$ 14.148,00	R\$ 15.474,77	R\$ 10.137,54	R\$ 243.300,96	R\$ 12.165,04	R\$ 291.960,96
								UNITÁRIO	TOTAL	UNITÁRIO	TOTAL
2	Treinamento	Turma de 12 alunos	2					R\$ 24.330,09	R\$ 48.660,18	R\$ 29.196,09	R\$ 58.392,18
VALOR TOTAL ESTIMATIDO DA CONTRATAÇÃO									R\$ 291.961,14		R\$ 350.353,14

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Locação de Sistema Integrado de Escrituração Fiscal Digital – EFD (SPED Fiscal), mediante assinatura mensal, conforme condições, quantidade e especificações do Edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação de Sistema Integrado de Escrituração Fiscal Digital - EFD (SPED Fiscal), mediante assinatura mensal	27502	Meses	24	R\$ 12.165,04	R\$ 291.960,96
2	Treinamento	3816	Turma de 12 alunos	2	R\$ 29.196,09	R\$ 58.392,18

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 350.353,14

O valor estimado da contratação é R\$ 350.353,14 (trezentos e cinquenta mil e trezentos e cinquenta e três reais e catorze centavos), comprazo de vigência de 24 meses, contados da assinatura da contratação, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação de Sistema Integrado de Escrituração Fiscal Digital - EFD (SPED Fiscal), mediante assinatura mensal	27502	Meses	24	R\$ 12.165,04	R\$ 291.960,96
2	Treinamento	3816	Turma de 12 alunos	2	R\$ 29.196,09	R\$ 58.392,18
VALOR TOTAL ESTIMATIDO DA CONTRATAÇÃO						R\$ 350.353,14

14. Justificativa técnica da escolha da solução

Diante das opções para "Desenvolver ou adquirir um software emissor de NF-e" apresentadas no Manual NF-e, a aquisição de uma solução pronta e disponível no mercado para emissão da NF-e, demonstra-se, sob a ótica praticidade, como a melhor solução. Consideram-se, para tal entendimento, os aspectos do custo-benefício e da segurança no atendimento à legislação tributária. Esses aspectos relacionam-se às necessidades voltadas para a integração de outras funcionalidades, como controle de estoques, escrituração e envio de declarações fiscais, bem como manutenção e atualização constante do sistema. Observa-se que além da operacionalização do sistema para o cumprimento de obrigações tributárias acessórias, requer-se sua atualização constante, frente as inúmeras atualizações ocorridas na legislação tributária do ICMS. Diante de tais exigências, no caso da opção pelo desenvolvimento do sistema pela unidade responsável pela área de Tecnologia da Informação no Inmetro, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Ctinf), as demandas como atendimento aos usuários, manutenções e constantes atualização do sistema em função das alterações nas legislações tributárias e do ICMS, exigiriam grandes esforços da Ctinf, demonstrando-se inviável esse tipo de execução direta, pois reduziria capacidade e recursos dessa Coordenação que seriam aplicados no atendimento de outras demandas institucionais.

Assim sendo, entende-se que a solução viável é a n.º 1 (locação do Sistema Integrado de Escrituração Fiscal Digital - EFD (SPED Fiscal)).

15. Justificativa econômica da escolha da solução

Diante do cenário proposto, faz-se necessário atestar que a necessidade será atendida não só do ponto de vista técnico, como também do ponto de vista econômico. Dessa forma, foi realizada pesquisa de preços de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, como determina o art. 20 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

A análise fundamentada da pesquisa de preços demonstrou ser viável a locação da licença de software para o Inmetro, sempre procurando o menor preço e a melhor qualidade para a Administração Pública Federal.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Venda de Materiais de Referência Certificados (MRC) produzidos pelo Inmetro, em atendimento à legislação tributária e à legislação fiscal do ICMS; e;

Aumento da produção de MRC para atender aos diversos laboratórios de indústrias, centros de pesquisa, universidades, laboratórios de ensaio e calibração, dentre outros, que necessitam destes materiais como uma ferramenta para a garantia da qualidade do resultado de sua medição.

Inscrição no CAD-ICMS do Estado do Rio de Janeiro para Venda de Materiais de Referência Certificados (MRC) produzidos pelo Inmetro, em atendimento à legislação tributária e à legislação fiscal do ICMS.

17. Providências a serem Adotadas

Aprovação da entidade máxima de TIC; e;

Aprovação da Alta Administração do Inmetro.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

O presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto e está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão.

Esta solução é, do ponto de vista técnico-econômico, a mais vantajosa para a Administração Pública Federal, já que atenderá perfeitamente às necessidades do Inmetro.

Com base nas informações levantadas ao longo do Estudo Técnico Preliminar, a Equipe de Planejamento da Contratação declara que a contratação é VIÁVEL e, do ponto de vista técnico- econômico, é essencial para o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria Inmetro Diraf n.º 171/2025

JANAINA MARQUES RODRIGUES CAIXEIRO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 27/02/2026 às 15:24:00.

Despacho: Portaria Inmetro Diraf n.º 171/2025

SANDRO MARCIO DOS SANTOS COSTA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 27/02/2026 às 20:09:32.

Despacho: Portaria Inmetro Diraf n.º 171/2025

SIMONE SILVA MARTINES

Integrante Técnica



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 15:19:10.

Despacho: Portaria Inmetro Diraf n.º 171/2025

PAULO GUSTAVO DE OLIVEIRA DEL PELOSO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 27/02/2026 às 14:38:43.